

Superior Tribunal de Justiça

**PET na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4.149 - DF
(2008/0231816-6)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
REQUERENTE : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA REFORMA
AGRÁRIA EM BRASÍLIA - ASSERA - BR
ADVOGADA : JOSILMA BATISTA SARAIVA E OUTRO(S) - DF011997
REQUERIDO : UNIÃO
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA
PROCURADOR : VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S) - RS046424
INTERES. : MERCEDES CARDOSO PESSOA DE CARVALHO
INTERES. : MIGUEL ROSA
INTERES. : MIRIA CARDOSO PAES ROSE
INTERES. : MIRTES DO SOCORRO SILVA
INTERES. : MOACIR BARBOZA TRIGUEIROS
INTERES. : MOACY SOUZA MATOS
INTERES. : MUCIO ESIO NOGUEIRA
INTERES. : NELIA RAIMUNDA MESQUITA RIBEIRO
INTERES. : NEVIALINDA DE SOUZA NASCIMENTO
INTERES. : NILSON CLEMENTINO RAPOSO
INTERES. : NORMA DA SILVA ARNT
INTERES. : OCILENE MOREIRA DE SOUZA PIRES
INTERES. : ONOFRE BERNARDINO GINO
INTERES. : ORLANDO DE OLIVEIRA
INTERES. : OSVALDO RAMOS NETTO
INTERES. : OSWALDO ANTÔNIO DA SILVA
INTERES. : OSWALDO DE AZEVEDO
INTERES. : OSWALDO JOSÉ NERY DA FONSECA
INTERES. : OTACIANO SOUZA MATOS
INTERES. : PAULO DE OLIVEIRA JÚNIOR
INTERES. : RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS
INTERES. : REZONE DA SILVA RESENDE
INTERES. : ROBERTO MARQUES GONÇALVES
INTERES. : SEBASTIANA ESTANISLAU O ALVES

DECISÃO

A Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU) liquidou a decisão exequenda, nos termos do julgamento dos embargos à execução, e as partes apresentaram impugnações.

O INCRA questionou: (a) a base de cálculo do substituído Oswaldo José Nery da Fonseca, devido à inclusão de rubricas referentes à incorporação ou à retribuição pelo exercício de função DAS 4/5/6, a qual já foi contemplada

com reajustes superiores a 3,17% a partir de março de 1995; (b) a limitação a agosto de 2000 para Nelia Raimunda mesquita Ribeiro, Nilson Clementino Raposo, Ocilene Moreira de Souza Pires e Osvaldo de Azevedo das rubricas referentes à incorporação ou retribuição pelo exercício de função DAS 1/2/3; (c) a limitação do cálculo até junho de 1998 para Roberto Marques Gonçalves, em razão de ter passado ao quadro de pessoal do Ministério da Fazenda, informando ainda outros dados.

A União utilizou-se do mesmo parecer técnico que o INCRA para impugnar o cálculo.

A parte credora se manifestou requerendo a inclusão de valores referentes a Norma da Silva Arnt e Sebastiana Estanislau Oliveira Alves, por estarem presentes as fichas financeiras, a intimação para a União apresentar as fichas financeiras de Otaciano Souza Matos e de Roberto Marques Gonçalves e o destaque dos honorários contratuais, tendo peticionado, posteriormente, solicitando a homologação da cessão de créditos realizada.

Homologada a cessão de créditos e deferido o pedido de destaque da verba honorária, determinada a expedição das RPVs, o que foi revisto.

As partes se manifestaram sobre as impugnações adversas.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Os embargos à execução apensos foram decididos de forma definitiva nos seguintes termos:

III. DISPOSITIVO:

Ante o exposto, afastadas as preliminares arguidas de ilegitimidade ativa ad causam da União, de ausência de autorização expressa dos Substituídos e de prescrição da pretensão executória, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos à execução do INCRA e da UNIÃO, para:

- (a) afastar a incidência do reajuste de 3,17% sobre as rubricas "pagamento de exercícios anteriores" e "adiantamento de gratificação natalina";
- (b) fixar o termo inicial dos cálculos em 20/07/1995, data do ajuizamento do mandamus coletivo, cujo acórdão ora se executa;
- (c) determinar a abatimento de todos os valores pagos administrativamente a título de 3,17%, inclusive dos pagamentos supervenientes ao ajuizamento dos presentes embargos à execução, por força da norma contida no art. 11 da Medida Provisória n.º 2.225-45/2001;
- (d) aplicar os juros de mora no percentual de (i) 1% até o advento da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001; (ii) de 0,5% no período compreendido entre a edição da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960/2009; e (iii) estabelecido para caderneta de poupança, a partir da lei n.º 11.960/2009.

Superior Tribunal de Justiça

Em face da sucumbência recíproca, a teor do art. 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil, as despesas e os honorários advocatícios, os quais fixo em 3% sobre o valor da execução, devem ser distribuídos, recíproca e proporcionalmente, e compensados entre as partes. Por fim, decorrido o prazo para recurso, voltem os autos à Coordenadoria de Execução Judicial para elaboração dos cálculos de acordo com os critérios acima explicitados.

Posteriormente, em julgamento de agravo interno e embargos de declaração, a decisão foi integrada da seguinte forma:

(...)

4. O "termo final do pagamento do reajuste de 3,17%", conforme estabelecido na decisão agravada, ocorrerá quando configurada uma das seguintes hipóteses: (1) na data da reestruturação/reorganização da carreira, nos termos do art. 10 da Medida Provisória n.º 2.225/2001; (2) em 1.º/01/2002, em decorrência da implantação do percentual sobre o total da remuneração dos servidores, para as carreiras que não foram reestruturadas e/ou reorganizadas até a indicada data, a teor do art. 9.º da Medida Provisória n.º 2.225/2001; e (3) no momento da incorporação integral do reajuste de 3,17% sobre o total da remuneração dos servidores, em cumprimento do provimento judicial pela Administração Pública.

5. No caso, o termo final do pagamento para apuração do quantum debeatur é a data da incorporação integral do reajuste de 3,17% sobre toda a base de incidência, em cumprimento pela Administração do acórdão exequendo proferido no MS n.º 4149/DF, ocorrida em maio de 2000, com efeitos retroativos a janeiro de 2000. Por outro lado, verificada, em maio de 2000, a incorporação parcial, ou seja, sem abranger a totalidade da remuneração, os cálculos devem se limitar a dezembro de 2001, quando houve a implantação integral por força da Medida Provisória n.º 2.225/200; devendo, nesse caso, o índice de 3,17% incidir, a partir de junho de 2000, apenas sobre as rubricas não reajustadas na incorporação parcial.

6. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, enquanto pender decisão definitiva sobre a modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do art. 5.º da Lei n.º 11.960/2009, decorrente do julgamento da ADI n.º 4.357/DF, a adoção de índices de correção monetária diversos daqueles vigentes, no momento que precedeu o julgamento da referida ADI, atenta contra as premissas apresentadas na decisão cautelar referendada pelo Plenário sobre a matéria.

7. No período posterior à Lei n.º 11.960/2009, conforme estabelecido em seu art. 5.º, deve ser aplicada a TR - Taxa Referencial, na atualização monetária dos débitos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de condenações judiciais.

(...)

11. Fixada verba honorária em 3% sobre o valor total da execução, pelo fato de a União ter impugnado a totalidade da execução, cada parte terá direito aos honorários advocatícios relativos à parte em que se sagrou vencedora, ou seja, de forma proporcional ao total da execução. Assim, os honorários

devidos à União serão calculados sobre a parte que foi diminuída do total da execução; e a verba honorária devida à Associação, sobre a parte remanescente do valor da execução.

12. Embargos de declaração da União conhecidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. Agravo regimental da Associação desprovido.

DA IMPUGNAÇÃO DA AUTORA

Os cálculos das partes que ainda não foram realizados, por ausência de fichas financeiras, serão feitos pela CEJU nos parâmetros da presente decisão.

Da impugnação da parte requerida.

A questão da limitação da base de cálculo foi expressamente discutida nos embargos à execução, não podendo ser reaberta na análise do cálculo, já que se encontra ao amparo da coisa julgada.

Nesse sentido, observo que nos embargos, a questão foi expressamente analisada:

Dessa forma, por se tratar de reajuste geral de vencimentos, o percentual de 3,17%, reconhecido como devido no título executivo que ora se executa, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, ou seja, sobre o vencimento-básico acrescido das vantagens de caráter permanente, **incluídas as parcelas decorrentes do exercício de funções gratificadas ou cargos em comissão**, e excluídas aquelas parcelas que tenham o vencimento-básico como base.

Dessa forma, não deve ser limitado o cálculo por exercício de função DAS (Direção e Assessoramento Superiores) como pretendido pelos requeridos.

Por outro lado, os servidores cedidos a outros órgãos da Administração Pública Federal exercem suas atribuições sem prejuízo de sua remuneração, razão pela qual não há que falar em limitação dos cálculos à data da cessão.

Outrossim, observo que o PSS está incidindo sobre o valor da dívida após desconto dos honorários sucumbenciais, o que deve ser corrigido, pois a incidência tributária deve ocorrer antes da dedução das condenações processuais.

Em face do exposto, homologo os cálculos elaborados pela CEJU, com as seguintes retificações a serem feitas:

a) O PSS deve incidir sobre o total do principal devido, inclusive sobre os honorários, e não deve incidir sobre os juros de mora.

b) Os valores devem ser calculados duas vezes, uma com correção monetária pela TR e outra pelo IPCA-E, expedindo-se requisitório de pagamento pelo menor valor, e, se necessário, um requisitório complementar quando julgado definitivamente o Recurso Extraordinário n. 870.947 pelo

Superior Tribunal de Justiça

Supremo Tribunal Federal.

As fichas financeiras ainda não apresentadas, referentes a Otaciano Souza Matos e Roberto Marques Gonçalves devem ser acostadas ao feito pela União.

Com os documentos complementares apresentados pelas partes, a CEJU deverá elaborar os cálculos que ainda faltam.

Quanto aos cálculos já analisados pela presente decisão, a Coordenadoria de Execução Judicial deverá atualizá-los com as retificações determinadas.

Da atualização, intinem-se as partes e expeçam-se os requisitórios.

Intinem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.



MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção